



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS**

THAYNÁ FERNANDES FERREIRA

**LETRAMENTO E ENSINO NA EJA:
UM DIÁLOGO PARA *PRÁXIS* DOCENTE E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

**JOÃO PESSOA
2024**

THAYNÁ FERNANDES FERREIRA

**LETRAMENTO E ENSINO NA EJA:
UM DIÁLOGO PARA *PRÁXIS* DOCENTE E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Monografia requerida para conclusão do curso de Licenciatura em Língua Portuguesa da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado (a) em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Miguel de Lima Silva.

Coorientadora: Profa. Dranda. Fabíola Jerônimo Duarte de Lira.

**JOÃO PESSOA
2024**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F3831 Ferreira, Thayná Fernandes.

Letramento e ensino na EJA: um diálogo para práxis docente e representações sociais. / Thayná Fernandes Ferreira. - João Pessoa, 2024.

41 f. : il.

Orientador : Henrique Miguel de Lima Silva.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências, Letras e Artes, 2024.

1. EJA - Ensino de Jovens e Adultos. 2. Letramento.
3. Prática Social. 4. Ensino-aprendizagem. I. Silva, Henrique Miguel de Lima. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 374.7

THAYNÁ FERNANDES FERREIRA

**LETRAMENTO E ENSINO NA EJA:
UM DIÁLOGO PARA *PRÁXIS* DOCENTE E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa – Modalidade presencial da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado (a) em Letras.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Henrique Miguel de Lima Silva (orientador)
UFPB

Profa. Dranda. Fabíola Jerônimo Duarte de Lira (coorientadora)
Externo

Profa. Dr. Jorgevaldo de Souza Silva
(examinador)
UFPB

Profa. Dra. Antônia Gibson Barros Simões (examinadora)
Externo

Àqueles que acreditam em uma educação emancipatória, voltada para liberdade, a verdade e autenticidade dos sujeitos.

Aos meus familiares que sempre me incentivaram e investiram na minha educação.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Luciene e Evaldo, que nunca mediram esforços, apesar de todas as adversidades, para que eu me mantivesse firme em meus estudos. À minha avó, Aury, professora de português — advinda do interior da Paraíba, Lagoa-PB — por quem sou grata pela dedicação e auxílio aos netos, nos abraçando e incentivando no processo socioeducativo.

Agradeço, também, às minhas tias — Nilda, Neide, Liane e Nádia — por investirem e acreditarem em mim durante toda minha trajetória.

Aos meus professores — ensino básico e superior — especialmente, Henrique Miguel e Marcos Túlio, meus maiores exemplos de professores de português. Obrigada por me ensinarem que educar é um ato revolucionário e de rigor crítico.

Meu agradecimento especial ao Professor Dr. Henrique Miguel, que conduziu a orientação com empenho, compromisso, competência, dedicação, paciência e acima de tudo, com empatia e estímulos constantes diante do desafio posto. A você, professor, a minha mais sincera e eterna gratidão.

A todos meus amigos que construí durante o curso, Ana Amélia, Bia, Moema, Ester, Gabriel, Gabi e Lyvia, pessoas que amo e que levarei por toda minha vida, pois sempre estiveram comigo nos bons e maus momentos. A todos os amigos que conquistei — Mari, Felipe e Ana Júlia — e que contribuíram de alguma forma para minha formação em todos os sentidos, especialmente humano e acadêmico.

Ao meu pequeno pet, Jorel José, que é meu suporte emocional em diversos momentos e Heloísa Holanda pelo apoio prestado nos últimos 4 anos.

“Não há docência sem a discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.”

Paulo Freire
Pedagogia da Autonomia

RESUMO

O presente trabalho é resultado de um levantamento bibliográfico em artigos científicos, perfil literário e entrevista com a ex-prefeita do Conde-PB, Márcia Lucena, com o intuito de buscar alternativas e discussões que possibilitem o letramento de forma satisfatória e positiva para os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Levando em consideração os estudos encontrados na literatura científica e buscando entender mais sobre o assunto, o presente trabalho tem por objetivo investigar, através de uma revisão da literatura científica, a trajetória histórica da EJA no Brasil e apresentar as perspectivas atuais para essa modalidade de educação, além de discorrer sobre letramento na EJA, apresentar o Projeto “AGORA VAI” de Márcia Lucena, ex-prefeita do Conde-PB e o Programa Alfabetiza PB, e realizada uma pesquisa aplicada de viés indutivo, com base qualitativa, por meio do relato de experiência. Posto isto, através da pesquisa exploratória, analisando criteriosamente e avaliando os respaldos científicos dos materiais estudados, tendo como foco o ensino-aprendizagem e as práticas sociais, constatou-se a importância de um estudo significativo que transmite ao adulto, por meio de uma metodologia que estimule o interesse e a aprendizagem na sala de aula. Desse modo, a instituição de ensino incentiva a interação do aluno com a realidade social de modo que tenha como foco o desenvolvimento de pessoas letradas, autônomas e providas de senso crítico frente às realidades sociais. Ademais, fundamentamos a discussão nas considerações de Geraldi (2015), Antunes (2003; 2007; 2009; 2014), Rojo (2012), Pimenta (2009) e Freire (2022).

Palavras-chave: EJA; Letramento; Formação; Prática Social; Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

This article is the result of a bibliographic survey of scientific articles, literary profile and an interview with the former mayor of Conde-PB, Márcia Lucena, in order to seek alternatives and discussions that enable literacy in a satisfactory and positive way for students of Youth and Adult Education (EJA). Taking into account the few studies found in the scientific literature and seeking to understand more about the subject, this paper aims to investigate, through a review of the scientific literature, the historical trajectory of EJA in Brazil and present the current perspectives for this modality of education, in addition to discussing literacy at EJA and presenting the “AGORA VAI” Project by Márcia Lucena, former mayor of Conde-PB. That said, through exploratory research, carefully analyzing and evaluating the scientific support of the materials studied, focusing on teaching-learning and social practices, the importance of a meaningful study that transmits to the adult through a methodology that encourages interest and learning in the classroom. In this way, the educational institution encourages the student's interaction with social reality in a way that focuses on the development of literate, autonomous people with a critical sense of social realities. Furthermore, we base the discussion on the considerations of Geraldi (2015), Antunes (2003; 2007; 2009; 2014), Rojo (2012), Pimenta (2009) and Freire (2022).

Keywords: EJA; Literacy; Formation; Social Practice; Teaching-learning.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EJA NO BRASIL.....	12
2 A PERSPECTIVA FREIRIANA PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS....	14
3 ENSINO DE LEITURA NA EJA: LETRAMENTO E CIDADANIA.....	15
3.1 Letramento na EJA.....	15
3.2 EJA e Cidadania.....	19
4 FORMAS DE INCLUSÃO E ENFRENTAMENTO DA EVASÃO.....	20
4.1 Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos “Agora Vai!”, da Prefeitura Municipal do Conde-PB.....	23
4.2 Programa Alfabetiza PB - Educação De Jovens E Adultos.....	25
5 CIRCULARIDADE CULTURAL: UM DESAFIO À EJA.....	25
6 RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	27
6.1 Atividades Realizadas: Apresentação e Reflexão Teórico- Metodológica.....	28
6.2 Observação da Escola.....	29
6.3 Observação das Aulas e Aulas Ministradas.....	30
6.4 Análise Reflexiva.....	33
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	37

INTRODUÇÃO

A educação, em todas as suas modalidades de ensino, requer novos modelos pedagógicos. Assim, por um lado, alunos e professores passam por uma grande luta tentando se adaptar a isso, por outro, mostram resistência em aceitar a novidade. Nesse sentido, com o intuito de demonstrar que a escola é uma extensão da sociedade, as instituições de ensino têm levado em consideração o meio ao qual o aluno está inserido, despertando nos estudantes interesse e sentimento de inclusão. No entanto, poucas são as escolas que põem em prática essa metodologia, devido à falta de exercícios sociais de inclusão, visto que a educação permanece dominada por um modo de ensino arcaico, que não tem o aluno como prioridade. Assim, as teorias e as propostas de práticas inovadoras ficam no âmbito acadêmico, não chegam à sala de aula.

O cidadão é o sujeito “agente de transformação”, sendo assim, é uma importante peça da história, dos valores fundamentais da cidadania e das relações sociais, levando em consideração a educação como uma formação cultural individual. Por isso, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi criada com intuito de educar jovens e adultos, bem como reestruturar e corrigir, uma sociedade moldada por séculos de escravidão, violência, autoritarismo e interesses políticos variados, atrelados às mudanças do tempo.

Logo, é de suma importância trazer discussões acadêmicas para a *práxis* escolar, garantindo ao educador a concepção de que o mesmo é pesquisador da sua própria ação pedagógica.

O docente que consegue associar o trabalho de pesquisa a seu fazer pedagógico, tornando-se um professor pesquisador de sua própria prática ou das práticas pedagógicas com as quais convive, estará no caminho de aperfeiçoar-se profissionalmente, desenvolvendo uma melhor compreensão de suas ações como mediador de conhecimentos e de seu processo interacional com os educandos. Vai também ter uma melhor compreensão do processo de ensino e de aprendizagem (Bortoni-Ricardo, 2008, p. 32-33).

Para realizar esse estudo, definiu-se como objetivo geral: analisar os impactos sociais acarretados pela EJA. Ou seja, deliberar sobre a importância da educação de jovens e adultos, através do letramento e uma educação significativa como instrumento de reintegração e remodelamento social, despertando o senso crítico e, levando à reflexão que o homem é um ser social, cultural e político por natureza.

Para conseguir atingir o objetivo proposto, a pesquisa foi dividida em quatro pontos principais: no primeiro ponto, ocorreu uma investigação através de uma revisão da literatura científica, com o intuito de apresentar a trajetória histórica da EJA no Brasil.

Já no segundo momento, discorre-se sobre o Letramento. Promovendo uma exposição detalhada acerca do conceito dessa metodologia e a importância dessa prática, fundamental para os discursos escritos e falados no ensino da Língua Materna atualmente. Além disso, é ressaltada a relevância da aquisição do ler e escrever, além dos usos das práticas sociais da leitura e da escrita.

Em seguida, inclui-se uma exposição sobre o Projeto “AGORA VAI” fomentado por Márcia Lucena, ex-prefeita do Conde-PB, criado com o objetivo de alfabetizar e letrar os 49% da população da cidade que era analfabeta, através de oficinas que ocorriam toda semana, ministradas por estagiários para os jovens e adultos não letrados do município.

E, por último, explana-se os resultados e discussões, refletindo as perspectivas atuais para essa modalidade de educação e lembrando a importância do EJA para que os jovens e adultos sejam inseridos no processo de ensino-aprendizado e, com isso, entrarem em novas formas de aprender e pensar. Além de tudo, é destacado o papel do professor de Língua Portuguesa.

1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EJA NO BRASIL

Em nenhum momento da história a elite brasileira demonstrou interesse em construir uma sociedade igualitária, em que as pessoas detivessem bens e oportunidades sociais de maneiras semelhantes. Pelo contrário, os indícios históricos revelam que, culturalmente, a ideia de distinção e da discriminação é enraizada na sociedade brasileira.

Logo, a distinção e a pluralidade cultural presente no Brasil tornou-se segmento do processo histórico. Nesse contexto, o país foi formado pela sua diversidade e, em razão disso, a EJA foi pensada e constituída visando uma conscientização do povo que é privado de exercer seus direitos, deveres e privilégios, ocasionando uma crescente ao acesso de produção cultural, econômica e social.

A dominação da opressão e a distinção social são as características mais permanentes, visto que, dos séculos passados até a atualidade, essa cultura se faz presente. Assim, Marx (1972, p. 28), cita: “a opressão se torna mais opressiva porque o oprimido possui consciência do que é”. Nesse sentido, Freire (1988) faz a seguinte reflexão:

Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela a sociedade tampouco muda (Freire, 1988, p. 33).

Neste contexto, moldado pelo autoritarismo no alto poder concedido a uma minoria, o Brasil herdou uma sociedade regada de cicatrizes. Isto posto, a EJA carrega um peso de décadas de negligências que começaram a ser rompidas a partir de sua constituição.

É a partir da década de 40 que o Estado e a sociedade passam a ser cobrados por mudanças significativas nas condições de vida do povo brasileiro, ampliando o direito à educação para toda a população. Dessa forma, jovens e adultos, em sua maioria analfabetos, passaram a lutar pelo direito à cidadania plena.

Então, a alfabetização desta parcela da população tornou-se um instrumento de luta política e de reconhecimento da própria cultura. Neste momento, os movimentos e iniciativas voltados para a alfabetização de adultos, com intuito de transformar a realidade social daquela época, foram de suma importância, sendo eles: o Movimento de Cultura Popular (MCP), de Pernambuco; em Natal, a Campanha de Pé no Chão também se aprende a Ler; a política de educação do governo de Jango, que tinha como organizador o educador Paulo Freire, através do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA); entre outros.

O Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA), aprovado em 1964, considerava o contexto de cada comunidade e tinha como objetivo levar programas de alfabetização, orientados pelas propostas de Paulo Freire por todo Brasil. Porém, em 1967, o governo assumiu o controle dos programas, convertendo-os em projetos assistencialistas e conservadores. Com isso, nasce o MOBREAL — Movimento Brasileiro de Alfabetização —, o qual cresceu por todo território nacional, perpetuando durante toda a ditadura militar e deixando de existir apenas no fim desse governo. Em seguida, a Fundação Educar e o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania foram criados e extintos em poucos anos, antes de alcançarem as metas esperadas (Souza, 2007).

Já na década de 90, surgiu o Programa Alfabetização Solidária, uma união de pessoas físicas e jurídicas, trazendo uma responsabilidade que antes era apenas pública, também, para o setor privado.

Por fim, no início de 2003, o MEC declarou a EJA como prioridade para o novo governo. Por conseguinte, com a meta de erradicar o analfabetismo, durante o governo Lula, foi formada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo. Assim, através do programa Brasil Alfabetizado, o MEC passou a contribuir com órgãos públicos, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos, desenvolvendo práticas pró-alfabetização (Soares, 1996).

Vale ressaltar que as propostas governamentais nunca consideraram os sujeitos da educação, dentre eles, os educadores e educandos, tampouco o convívio entre eles. Assim, é notório que a formação de jovens e adultos ainda tem muito para alcançar, para que chegue à educação emancipatória que tanto almejamos.

2 A PERSPECTIVA FREIRIANA PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação, enquanto sinônimo de emancipação, sempre foi a intenção do educador Paulo Freire, patrono da educação brasileira. Acreditava na libertação por meio da educação como a única forma de tornar um povo livre, porém, para alcançar tal objetivo de liberdade, faz-se necessário pensar o ensino como uma ação desenvolvida com o povo e não simplesmente ofertada para o povo (Freire, 1967).

Freire reconhecia que viabilizar uma educação crítica, reflexiva e emancipatória significava proporcionar um caminho capaz de tornar a humanidade agente da sua própria história, ciente das suas escolhas éticas e cidadãs. Compreensões educacionais defendidas e inicialmente viabilizadas quando coordenou um projeto de extensão destinado a Alfabetização de Jovens e Adultos pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), no Estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste brasileiro. A Educação de Jovens e Adultos tornou-se, portanto, o ponto alto das suas reflexões e experiências educacionais, categoria de ensino em que construiu o Círculo de Cultura, capaz de viabilizar aos envolvidos às suas falas, diálogos e às escutas que proporcionam uma leitura do mundo por meio da palavra escrita.

Neste período, os pensamentos e as contribuições educacionais críticas e libertadoras de Paulo Freire motivaram também o seu exílio por quinze anos e, conseqüentemente, a expansão das suas experiências e reflexões educacionais pelo mundo, tornando a sua obra conhecida e estudada por mais de noventa países.

As ideias e proposições educacionais do Paulo Freire são abrangentes por não se reduzirem apenas a finalidade de ensinar ou simplesmente decodificar símbolos gráficos, e sim, apresentarem propósitos para tornar a educação um meio para viabilizar uma existência humana livre, capaz de interagir de forma ética, sociocultural e política.

A sua concepção de educação libertadora tem como intenção emancipar o sujeito e torná-lo capaz de tomar suas próprias decisões de forma consciente, participando ativa e democraticamente das decisões políticas, por passarem a reconhecer, defender e lutar por seus direitos e deveres sociais.

Freire acreditava na dialogicidade como a principal ferramenta para gerar uma educação libertadora, em que o educador desde o início do seu trabalho, considerando o planejamento, execução e a avaliação do mesmo, deveria interagir

com os educandos, com o cuidado de não impor sua visão de mundo, mas expandindo essas visões, por passarem a considerar e valorizar os conhecimentos prévios, lugares de falas, reflexões e percepções sociais ocasionadas por todos os envolvidos. Nesse sentido, Soares e Pedroso (2013) foram assertivos quando mencionaram, em relação a esses processos de ensino e aprendizagem fundamentados em Freire, bem como a importância de considerar a bagagem cultural trazida pelos jovens e adultos ao ambiente escolar, pois não se pode desconsiderar que esses alunos jovens e adultos possuem uma grande bagagem de conhecimentos construída ao longo de suas histórias de vida. Eles trazem consigo saberes, crenças e valores já constituídos, sendo a partir do reconhecimento do valor de suas experiências de vida e de suas visões de mundo que cada aluno jovem ou adulto pode apropriar-se das aprendizagens escolares de modo crítico.

Compreende-se que a construção de um espaço dialógico entre o/a educador e o/a educando/a leva a um processo de aprendizagem que pode contribuir para desnaturalizar e ressignificar os saberes e as crenças socioculturais constituídas ao longo de suas vidas, gerando assim, a emancipação social.

Desse modo, entende-se que para se fazer uma educação pautada nos ideais de Paulo Freire, o educador/a precisa ter como princípio educacional a abertura e a desenvoltura para viabilizar o diálogo e, através dele, gerar os caminhos nomeados por Freire como Círculos Culturais, para que possam conduzir os/as educandos/as da EJA a ocuparem o reconhecimento e a valorização dos seus lugares enquanto sujeitos das suas próprias aprendizagens e, conseqüentemente, das suas próprias vidas sociais. Reflexões necessárias para seguirmos, no próximo tópico, visitando as falas dos/as professores da EJA para perceber como reconhecem o legado de Paulo Freire na contemporaneidade das suas reflexões, proposições e práticas

3 ENSINO DE LEITURA NA EJA: LETRAMENTO E CIDADANIA

3.1 Letramento na EJA

A EJA surgiu mediante a necessidade de pessoas adultas que deixaram ou nunca adentraram em um ambiente escolar, oriundas da necessidade financeira e

social de aderir ao mercado de trabalho precocemente. É resultado de uma realidade social deficiente e desigual e busca suprir as lacunas deixadas a partir da ausência ou da interrupção da fase escolar. O horário é adaptado para que muitas destas pessoas, que buscam resgatar o tempo perdido, possam continuar trabalhando e estudando, portanto, deve ser uma prática assertiva, para que não torne o letramento distante da realidade dos indivíduos e acabe gerando uma nova evasão escolar. Portanto, Ribeiro (2001, p. 18) pontua que:

O adulto está inserido no mundo do trabalho e das relações interpessoais [...] Traz consigo uma história mais longa (e provavelmente mais complexa) de experiências, conhecimentos acumulados e reflexões sobre o mundo externo, sobre si mesmo e sobre as outras pessoas.

Partindo disso, é fundamental que sejam pensadas estratégias metodológicas e práticas de ensino que se adequem às necessidades e realidade de cada aluno, os tornando sujeitos de sua aprendizagem e protagonistas no processo de letramento, a fim de trabalhar a autoestima e validar o conhecimento de mundo que cada um detém. Nesse sentido, Arroyo (2005, p. 22) menciona que, os sujeitos que compõem a EJA são “Jovens e adultos com rosto, com histórias, com cor, com trajetórias sócio-étnico- racial, do campo e da periferia”. Assim, o ambiente escolar deve se fazer no espaço de reflexões, com ações acessíveis aos conhecimentos, respeitando as diversidades e oferecendo oportunidades múltiplas de desempenho, em consonância com as capacidades e individualidades de cada um.

É imprescindível destacar não somente o despreparo metodológico e físico das instituições, mas também a parte afetiva: forma com que esse aluno é recebido. É fundamental para o processo de letramento o acolhimento, a confiança e a compreensão para que se faça realidade uma troca e aprendizado que foque no discente e em suas experiências, percebendo que esse aluno já foi excluído da sociedade anteriormente, no momento em que deixou a escola, o que não pode acontecer novamente. Assim, Galvão e Soares (2004, *apud* Barros, 2011, p. 33-34):

O adulto é produtor de saber e cultura e que, mesmo não sabendo ler e escrever, está inserido- principalmente quando mora nos núcleos urbanos- em práticas efetivas de letramento [...]. O adulto não é mero portador de "conhecimentos prévios", que precisam ser resgatados pelo alfabetizador para ensinar aquilo que quer, mas um sujeito que já construiu uma história de vida[...].

Logo, é comum que com os alunos da EJA seja percebida uma oralidade bem marcada quando comparada à escrita e, sabendo que a escrita não envolve apenas a capacidade de transcrição, as habilidades cognitivas, metacognitivas, motoras e ortográficas devem ser investigadas, para que sejam pensadas sequências didáticas que auxiliem o desenvolvimento desse grupo de discentes, a fim de promover a alfabetização, juntamente ao letramento e, além de auxiliar no aprendizado da leitura e escrita, deve ser um mecanismo político e social de inclusão e justiça. Mais do que ler e escrever, os alunos devem saber interpretar, opinar e questionar; para embasar essa afirmativa, Soares (2009, p. 58) diz que:

Termos despertado para o fenômeno do letramento – estarmos incorporando essa palavra ao nosso vocabulário educacional – significa que já compreendemos que nosso problema não é apenas ensinar a ler e escrever, mas é também, e sobretudo, levar os indivíduos – crianças e adultos – a fazer uso da leitura da escrita, envolver-se em práticas sociais de leitura e de escrita.

Para além de decodificar e escrever palavras, o letramento é um conceito multidimensional, visto que está intrinsecamente ligado à capacidade de compreender, interpretar, analisar e produzir redações críticas e reflexivas, considerando o contexto social, cultural e histórico. Dessa forma, o letramento é conceituado como um processo sociocultural que abarca o desenvolvimento e aquisição de habilidades de leitura e escrita, além de compreensão das práticas, normas e valores interligados ao uso da língua na sociedade. Logo, esse processo é dinâmico e contínuo, para além da aptidão técnica de ler e escrever, envolvendo competências cognitivas, sociais e culturais essenciais para a participação plena e efetiva do sujeito na sociedade.

Ademais, diversos fatores influenciam essa metodologia, englobando o acesso a recursos educacionais, o ambiente familiar, as práticas pedagógicas, as políticas educacionais e as características socioculturais do meio do qual o sujeito está inserido.

O letramento, no meio acadêmico, tem sido estudado em diversas áreas, como a psicologia educacional, a sociologia da educação, a linguística aplicada e estudos culturais. Assim, é objeto de investigação não apenas os processos cognitivos envolvidos na aquisição e desenvolvimento da escrita e leitura, mas também as dimensões sociais, culturais e políticas do letramento, bem como suas implicações para educação e a sociedade.

Levando em consideração o supracitado, as práticas de letramento literário na Educação de Jovens e Adultos (EJA) requerem uma atenção mais delicada, posto que essas visam não apenas aprimorar a proficiência linguística e literária dos alunos, mas também fomentar sua capacidade de reflexão, análise e interpretação de textos literários.

Haja vista isso, as estratégias de letramento literário na EJA envolvem uma escolha criteriosa dos textos a serem trabalhados, sendo relevantes e acessíveis a alunos adultos, levando em consideração seus interesses, experiências de vida e níveis de conhecimento linguístico; uma abordagem multimodal que utilize diferentes tipologias de texto, como: fábulas, poemas, textos teatrais, tirinhas, infográficos, resenhas, cartas, visando diversificar as experiências de leitura e ampliar o repertório dos alunos; incentivar discussões interpretativas, estimulando a reflexão crítica e análise de aspectos literários, como: temas, personagens, enredos, simbolismo e estilo de escrita presentes nos textos trabalhados; estimular a escrita criativa, por meio de atividades de produção, que permitam a expressão de suas próprias experiências e aguace a imaginação; utilizar recursos que atraiam a atenção dos discentes, como: música, filmes, documentários, artes visuais e tecnologias virtuais, visando enriquecer a experiência de leitura e ampliar as possibilidades de análise e interpretação de textos literários; explorar a contextualização das obras dentro do seu contexto social, cultural e histórico, proporcionando aos alunos uma compreensão mais ampla das leituras e suas relações com a realidade em que estão inseridos; para além de tudo isso, o papel ativo do docente como mediador do processo de letramento literário, fornecendo orientações, provocando reflexões e promovendo o diálogo crítico entre os alunos, de modo a estimular sua participação ativa e engajamento com a leitura é de suma importância nessa metodologia de ensino (Brito, 2011, p. 16).

Somado a isso, para pensar nas concepções de língua e ensino, é necessário ter “consciência da interdependência entre língua, cultura, identidade e povo” (Antunes, 2009, p. 33). Ou seja:

[...] ainda predomina uma concepção de língua como um sistema abstrato, virtual apenas, despregado dos contextos de uso, sem pés e sem face, sem vida e sem alma,” “inodora, insípida e incolor”. Uma língua que, nesses termos, facilmente se esgota em um estudo da morfologia das palavras e da sintaxe das frases. Ou se satisfaz na exploração de nomenclaturas e classificações, com requintes de pormenores, beirando, na maioria das vezes, os dogmatismos infundados das abordagens simplistas. (Antunes,

2009, p. 34).

3.2 EJA e Cidadania

A Constituição Federal de 1988 reconhece como direito de todos os indivíduos o acesso à educação, sendo ela essencial para o desenvolvimento pessoal e para capacitar os cidadãos a desempenharem seus papéis na sociedade em que estão inseridos. Logo, a educação básica é um direito fundamental no Brasil, mas historicamente houve respostas tardias à demanda, um oferecimento de ensino propedêutico, o que ressalta a importância de garantir o acesso efetivo aos processos de leitura e escrita para todos os cidadãos (Sakamoto; Miguel, 2022).

À vista disso, a negação do direito de acesso aos processos de leitura e escrita é um dos principais desafios para a inclusão social no país, devido ao papel essencial dessas habilidades no exercício da cidadania e na participação ativa na sociedade (Romanelli, 1986).

Consequentemente, a efetivação de políticas sociais públicas consistentes em relação à EJA engatinha, ainda hoje, em consequência das frequentes intervenções de ordem política, financeira e ideológica que engessam o desejado estreitamento de relações entre educação, políticas públicas, cidadania e vivência ética. Dificultando, assim, o desenvolvimento da participação comunitária, a vivência cidadã, a inclusão cultural e a ação proativa, devido à incisiva deficiência da estruturação dessa proposta educacional pública. Sabe-se que a EJA não surgiu como proposta de legitimação do direito à educação e a cidadania enquanto benefício para o desenvolvimento humano, mas sim em favor das elites do governo e do capital financeiro. Assim, Ribeiro (2019, p. 19) afirma que:

A educação básica de adultos começou a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil a partir da década de 30, quando finalmente começa a se consolidar um sistema público de educação elementar no País. Neste período, a sociedade brasileira passava por grandes transformações, associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos. A oferta de ensino básico gratuito estendia-se consideravelmente, acolhendo setores sociais cada vez mais diversos.

Dessa forma, nas décadas seguintes, de 40 e 60, foram desenvolvidas copiosas iniciativas que, apesar das limitações existentes no campo reflexivo e inclusivo, concretizaram e impulsionaram a alfabetização da população adulta analfabeta do Brasil. A partir da Campanha de Alfabetização de Adolescentes e Adultos (1947-1950) promovida pelo Ministério da Educação e Saúde (BEISIEGEL,

2004); o Movimento Educação Base (MEB); o Centro Popular de Cultura (CPC) associada à União Nacional de Estudantes (UNE); além do Plano Nacional de Alfabetização (1964), foram os responsáveis por alavancar o projeto de ensino na EJA.

Assim, esse marco sócio histórico da educação popular, com vistas a uma ação educadora para a politização e conscientização, considera os estudantes-ouvintes como jeitos de direito, dando foco à transformação da realidade social dos mesmos. Posto isso, a EJA possibilita a tomada de posicionamento do estudante-agente; fundamenta-se na dignidade da pessoa humana; labora frente os direitos humanos sociais, principalmente, em relação ao trabalho e o direito à educação; articula uma dimensão transcendental, cultural e social; empenhando-se na crítica das injustiças, a fim de favorecer a luta por melhores condições de vida e, principalmente, o desenvolvimento da cidadania. Logo, Freire (2022, p. 24) afirma:

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender, participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética, e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade.

4 FORMAS DE INCLUSÃO E ENFRENTAMENTO DA EVASÃO

Em suma, a EJA representa uma modalidade de ensino fundamental para indivíduos que, por motivos diversos, não tiveram acesso à educação na idade regular. Contudo, sua efetividade muitas vezes é comprometida pela evasão escolar, um fenômeno complexo que exige estratégias específicas para sua mitigação. Posto isso, a promoção da inclusão e o enfrentamento da evasão na EJA emergem como áreas de interesse crítico para pesquisadores e profissionais da educação.

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2023, o número de matrículas na EJA teve uma diminuição significativa quando comparado a 2019. No geral, houve uma redução de 20,9% no total das matrículas, chegando a 2,6 milhões delas em 2023. Nesse sentido, a queda foi mais acentuada no último ano, com uma redução de 6,7%, como mostra o gráfico abaixo.

Educação de Jovens e Adultos

Gráfico 43. Evolução da matrícula na **Educação de Jovens e Adultos (EJA)** - Brasil 2018-2023

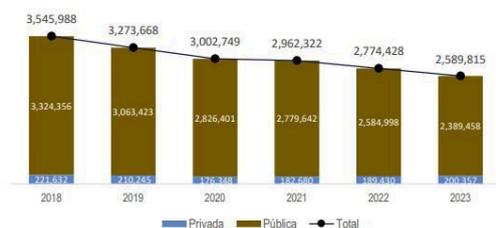


Gráfico 44. Evolução da matrícula na **Educação de Jovens e Adultos (EJA)** por etapa de ensino - Brasil 2018-2023

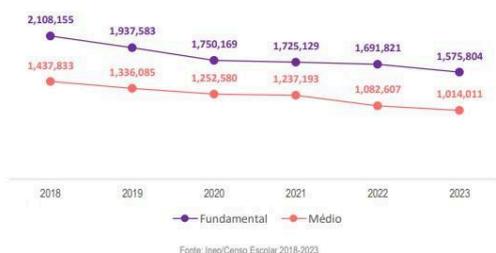


Gráfico 45. Distribuição da matrícula na **Educação de Jovens e Adultos (EJA)** de ensino fundamental por dependência administrativa - Brasil 2023

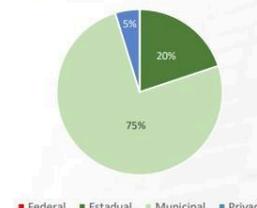
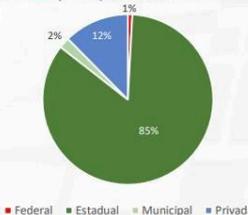


Gráfico 46. Distribuição da matrícula na **Educação de Jovens e Adultos (EJA)** de ensino médio por dependência administrativa - Brasil 2023

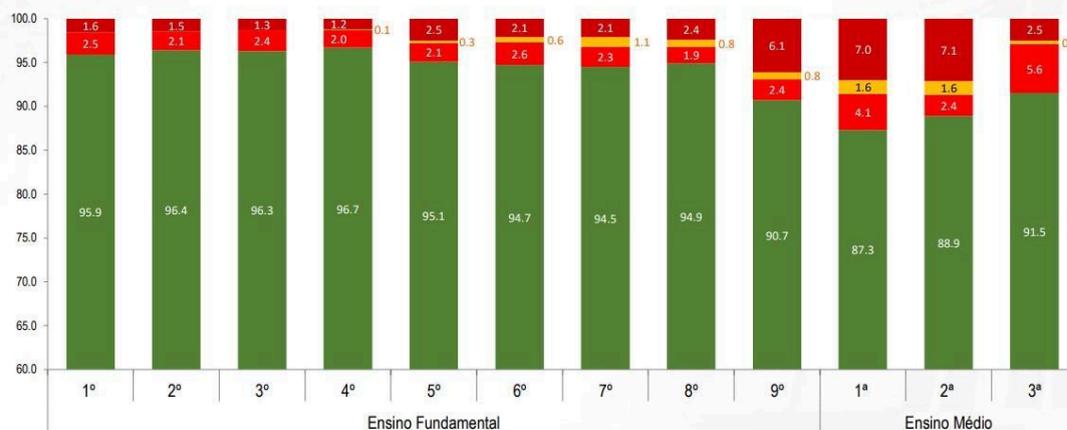


Fonte: Inep/Censo Escolar 2023

Destarte, essa diminuição no número de registros ocorreu de forma semelhante nas etapas de nível fundamental e de nível médio. O fundamental teve uma redução de 6,9% enquanto o médio apresentou uma redução ligeiramente menor, de 6,3% no mesmo período. Assim, esses dados indicam uma tendência de queda no número de matrículas na EJA ao longo dos anos, o que pode acarretar impactos significativos no acesso à educação para jovens e adultos no Brasil.

Educação de Jovens e Adultos

Gráfico 51. Taxas de promoção, repetência, migração para EJA e evasão por série - Brasil 2020/2021



O resumo preliminar no Censo Escolar de 2023 não especifica os motivos exatos para a queda destas inscrições no último ano. No entanto, é importante considerar que fatores como questões socioeconômicas, acesso à educação, políticas públicas educacionais e, até mesmo eventos externos, como a pandemia de COVID- 19, podem ter influenciado essa redução. Ademais, a posteriori, a redução das inscrições pode ocasionar desafios estruturais e circunstanciais no sistema educacional, bem como questões relacionadas à oferta de programas voltados ao EJA.

No que tange a inclusão, Freire (2022) debate sobre a criação de ambientes educacionais que sejam acessíveis, acolhedores e adaptados às necessidades dos discentes, deve-se levar em consideração suas peculiaridades e vivências prévias. Ou seja, isso implica na implementação de políticas educacionais inclusivas, que garantam o direito à educação para todos, independentemente de idade, gênero, etnia ou condição socioeconômica. Além disso, a inserção na EJA requer a oferta de programas flexíveis e diversificados, atendendo às demandas específicas de uma população heterogênea, caracterizada por diferentes ritmos de aprendizagem e experiência de vida.

No entanto, a eficácia dela está intrinsecamente relacionada ao enfrentamento da evasão escolar, um desafio que afeta significativamente a continuidade e o sucesso dos estudantes nesta modalidade de ensino. Sabe-se que esta evasão pode ser causada por vários fatores, em virtude disso, é fundamental adotar uma abordagem multifacetada, combinando medidas preventivas e intervenções direcionadas. Sendo assim, estratégias como a implementação de políticas de acompanhamento e monitoramento dos estudantes, o desenvolvimento de programas de orientação e apoio psicossocial, a oferta de atividades extracurriculares atrativas e a formação continuada dos professores em técnicas pedagógicas inclusivas e motivacionais são de extrema importância. Para mais, é primordial a promoção de parcerias com organizações da sociedade civil, instituições governamentais e empresas locais para ampliar o acesso à educação e criar redes de apoio para os estudantes da EJA.

Nesse sentido, é crucial capacitar os professores para que estejam aptos a lidar com as particularidades dos discentes, contando com apoio das universidades e centros de formação docentes emergem como um aspecto relevante, visando garantir essa capacitação. Com isso, Mendes (2004, p. 227) afirma:

Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática.

Em síntese, o fomento da inclusão e o enfrentamento da evasão exigem um compromisso coletivo e contínuo de todos os envolvidos no processo educacional. Dessa forma, somente através de políticas abrangentes, práticas pedagógicas inovadoras e ações colaborativas, será possível garantir que a Educação de Jovens e Adultos cumpra a missão de proporcionar uma educação de qualidade e promover a inclusão social e o desenvolvimento humano de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade socioeducacional.

Como já foi supracitado, advém do Brasil Colonial a defasagem na educação; iniciando-se com o encontro dos Jesuítas e povos originários, em que foram implementadas práticas educacionais de aculturação, viabilizada pela catequização e a alfabetização, em língua portuguesa, além das novas práticas culturais direcionadas aos nativos. Os padres jesuítas propagavam uma educação que favorecia a hegemonia e negligenciava a educação da massa, tornando cada vez maior o abismo social visando distinguir os demais grupos da elite e perpetuar os valores dominantes.

Com isso, as pessoas começaram a trabalhar cada vez mais cedo e a ter cada vez menos direitos, inclusive aos estudos e ao voto. Ao passar dos anos foram implementadas melhorias e, com pesar, percebeu-se a sensação de termos voltados bruscamente ao Brasil Colonial em que as pessoas precisavam trabalhar incessantemente em funções sobre humanas para sobreviver, haja visto que o maior desafio que foi enfrentado nos últimos anos foi a pandemia da COVID-19, que aumentou o desemprego os subempregos e disparou em cerca de 171% a taxa de evasão escolar de crianças e adolescentes, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

4.1 Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos “Agora Vai!”, da Prefeitura Municipal do Conde-PB

A Prefeitura de Conde, em 2019, por meio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, instituiu o Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos de Conde — Agora Vai! — nas zonas rural e urbana do município.

Os Alfabetizadores do Programa Agora Vai! realizaram o trabalho de alfabetização em turmas com no máximo 25 alunos, com carga horária total de 192 horas/aulas, correspondente aos seis meses de duração do Programa que teve no mínimo 08 horas semanais, distribuídas em até 04 dias. O principal objetivo do processo foi garantir o atendimento às demandas de alfabetização da população jovem, adulta e idosa de Conde. A idade mínima para ser aluno do projeto foi de 15 anos.

Para participar, as pessoas precisam ser comprovadamente não alfabetizadas, nunca terem frequentado nenhum ciclo regular do ensino fundamental, seja nos anos iniciais, na Educação de Jovens e Adultos ou em Programas e Projetos afins. Além disso, os alunos que participaram do programa, ganharam uma bolsa-auxílio de R\$99,80 (noventa e nove reais e oitenta centavos) mensalmente, liberada para os alunos que tinham no mínimo 85% de frequência nas aulas. Os alunos e alunas matriculados obtiveram todo o material didático-pedagógico necessário durante o período do projeto.

Os docentes responsáveis pela formação dos inscritos no programa eram voluntários e recebiam uma bolsa no valor de R\$ 600,00 reais. Para participar do processo seletivo, era preciso ter idade mínima de 18 anos, ter nacionalidade brasileira, ter experiência anterior em educação de Jovens e Adultos e ser graduado nas áreas de Pedagogia, Pedagogia do Campo e/ou Letras-Língua Portuguesa ou ser estudante universitário e estar cursando, no mínimo, o 4º semestre da Licenciatura em Pedagogia ou Pedagogia do Campo ou Letras-Língua Portuguesa.

Em fevereiro de 2020, a primeira turma do projeto “Agora Vai!” se formou e, cerca de 350 alunos receberam a certificação de alfabetização. Algo relevante, dado que, no município de Conde, cerca de 49 % da população não era alfabetizada antes da inserção do projeto. Logo, foi através de um olhar inclusivo e especial que a prefeita da época, Márcia Lucena, deu para a educação, que a população de Conde-PB mudou as estatísticas de analfabetismo, proporcionando não só a capacidade de leitura e escrita, mas trazendo cidadania, autoestima e dignidade aos cidadãos.

4.2 Programa Alfabetiza PB - Educação De Jovens E Adultos

Reconhecendo a realidade em que o analfabetismo continua a ser um desafio significativo para muitas regiões do Brasil, especialmente entre jovens, adultos e idosos, o Governo do Estado da Paraíba propôs o Programa Alfabetiza PB, uma iniciativa que visa combater o analfabetismo absoluto e funcional, promovendo a alfabetização e permanência desses grupos na escola.

Assim, o projeto tem como objetivo principal a criação de 110 turmas de alfabetização inicial, beneficiando aproximadamente 270 mil pessoas com 15 anos ou mais, priorizando os grupos de maior vulnerabilidade social. Além disso, busca elevar a taxa de alfabetização da população para 85,5% até determinado prazo. Para alcançar essas metas, foram estabelecidas parcerias com os municípios que detêm os maiores índices de analfabetismo, bem como com diversas instituições, incluindo universidades e movimentos sociais atuantes na área da educação de jovens e adultos.

Uma das estratégias-chave é a formação inicial e continuada para 3.000 docentes dos ciclos I e II do Ensino Fundamental da Rede Pública do Estados e dos Municípios, beneficiando aproximadamente 54.864 estudantes. Ademais, foram promovidas tecnologias educacionais que favorecem a integração do processo de alfabetização ao mundo do trabalho, oferecendo cursos de formação inicial e continuada que atendessem ao perfil dos sujeitos da EJA.

Logo, o Programa Alfabetiza PB representa uma importante iniciativa na luta educacional voltado para EJA na Paraíba, promovendo não só a alfabetização, como a permanência desses grupos na escola. Assim, com uma abordagem integrada e o apoio de diversas parcerias, o programa promove uma educação inclusiva e de qualidade para todos os cidadãos paraibanos.

5 CIRCULARIDADE CULTURAL: UM DESAFIO À EJA

A circularidade cultural representa um conceito multifacetado que emerge como um desafio substancial à efetivação da EJA, visto que este paradigma reconhece a interdependência entre a educação formal e os contextos socioculturais nos quais os discentes estão imersos. Ressaltando, assim, a necessidade de uma abordagem

pedagógica que incorpore e valorize as diversas manifestações culturais presentes na comunidade educativa (Sakamoto; Miguel, 2022).

No âmbito da EJA, a circularidade cultural implica a compreensão e a valorização das experiências de vidas e dos saberes prévios dos sujeitos, reconhecendo que estes estabelecem recursos indispensáveis para o processo educacional. Destarte, a diversidade cultural dos estudantes, muitas vezes, reflete-se em diferentes formas de conhecimento, expressão e comunicação, as quais devem ser integradas de forma significativa no currículo e nas práticas pedagógicas. Atitudes simples como testes diagnósticos podem ajudar muito o docente a entender sua turma. Por exemplo, saber a familiaridade dos discentes com palavras pode explicar incompreensões textuais.

Arroyo (2001, p.16), ao debater a educação de jovens e adultos dentro do contexto da inclusão, equidade e justiça social, afirma:

O que esteve em jogo nas últimas décadas é muito mais do que um paralelismo de políticas a ser superado pela integração da EJA nas formas de ensino regular. O que tem estado em jogo são as concepções desencontradas de educação básica como direito humano.

Todavia, para uma implementação efetiva, há significativos desafios. Sobretudo, existem barreiras estruturais e institucionais que limitam a capacidade das escolas e dos educadores de reconhecer e incorporar diversas manifestações culturais. Outrossim, inclui a falta de recursos adequados, a rigidez dos currículos padronizados e a ausência de formação docente específica nesse sentido.

Ademais, há desafios relacionados à própria concepção de cultura e sua relação com o processo educacional, já que não é um fenômeno estático, mas sim dinâmico e em constante transformação. Desse modo, é essencial que os educadores adotem uma abordagem flexível e sensível às mudanças culturais, reconhecendo que a identidade cultural do discente é fluida e plural (Sakamoto; Miguel, 2022).

Assim, a necessidade de promover uma educação intercultural que vá além da mera coexistência de diferentes culturas, buscando promover o diálogo, o respeito mútuo e a compreensão intercultural, requer a criação de espaços de aprendizagem inclusivos e participativos. De certo, nos quais os estudantes se sintam valorizados e empoderados para expressar suas identidades culturais de forma autêntica. Freire (2008) destaca o papel da escola em ensinar os educandos a

realizarem a leitura do mundo, transformando o meio social e promovendo uma reflexão sobre os saberes, o

que implica em metodologias que estimulem a participação ativa dos alunos e a valorização de suas experiências de vida.

Mediante o exposto, infere-se que a circularidade cultural representa um desafio significativo à EJA, exigindo uma reorientação das metodologias educacionais para incorporar de forma mais efetiva as diversas manifestações que formam o sujeito. Com isso, faz-se necessário mudanças nas políticas educacionais e na formação docente, mas também uma transformação profunda na concepção e na prática da educação, a fim de promover um espaço inclusivo e que valorize a diversidade cultural na sala de aula.

6 RELATO DE EXPERIÊNCIA

O presente relatório tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas durante o meu estágio, assim como a estrutura da escola, reflexões sobre o contexto educacional e propostas de intervenção para atender às necessidades das turmas que acompanhei na Escola Estadual de Ensino Fundamental Rita de Miranda Henriques, localizada no bairro de Mangabeira IV (João Pessoa-PB), onde, ao longo do período 2023.1, em todas as terças e quintas, acompanhei as atividades do professor, docente formado em Letras-Português pela UFPB, e ministra aulas para turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ciclo III e IV.

A escola conta com cinco salas de aula, uma quadra poliesportiva, cantina, pátio, secretaria e sala dos professores, oferece Ensino Fundamental nos períodos matutino e vespertino, além das aulas da EJA no período noturno. No entanto, minha interação foi limitada, pois não tive acesso a espaços fundamentais, como a biblioteca, sala de informática ou laboratório de ciências.

Durante a minha vivência de estágio, atuei em duas pequenas turmas de EJA, com aproximadamente seis alunos cada, e que apresentam um fluxo irregular de estudantes, visto que possuem muitas matrículas tardias e abandonos precoces. Isto posto, é importante mencionar que não há critérios seletivos para a admissão dos alunos, bastando apenas a matrícula na secretaria.

Outro ponto que merece atenção, é o fato de que, ao longo do período de experiência, eu e a outra estagiária enfrentamos uma situação inesperados, pois dois professores ficaram afastadas por semanas, devido a motivos médicos, levando à fusão das turmas do Ciclo III e IV em uma única sala de aula. Esse cenário

proporcionou uma mistura interessante de idades, experiências de vida e níveis educacionais, criando um ambiente de aprendizado desafiador.

No mais, durante minha permanência na escola, pude observar algumas lacunas preocupantes. Houve uma falta evidente de coordenação entre a direção e o professor Jair, bem como a ausência de um planejamento educacional adequado e estratégias de ensino diversificadas para atender às variadas necessidades das turmas. A abordagem pedagógica adotada foi predominantemente tradicional, com foco em temas gramaticais, enquanto aspectos como produção de texto e literatura ficaram em segundo plano.

Além disso, minha participação foi consideravelmente restrita devido à falta de acesso a documentos essenciais, como o plano político-pedagógico e o regimento escolar, que não foram disponibilizados, apesar das minhas solicitações. Não tive a oportunidade de participar das assembleias escolares, da preparação de materiais didáticos ou das atividades de avaliação. Essa limitação comprometeu significativamente minha experiência de estágio.

Sendo assim, este relato tem como objetivo fornecer uma visão completa das condições encontradas durante o estágio na Escola Estadual de Ensino Fundamental Rita de Miranda Henriques. Destaco tanto as experiências positivas quanto as áreas que necessitam de melhorias significativas no contexto educacional da instituição.

6.1 Atividades Realizadas: Apresentação e Reflexão Teórico-Methodológica

Durante o meu período de estágio, pude observar muitos pontos que chamaram a atenção estrutural e pedagogicamente. Ao analisar as práticas pedagógicas, alguns desafios significativos destacam-se. Inicialmente, um ponto que chamou a atenção foi a ausência de material didático adequado — fato justificado pela escola como decorrência do fato de os estudantes receberem os livros e não levarem para a escola. Sendo assim, o professor raramente utilizava livros didáticos, apostilas ou recursos tecnológicos para apoiar o processo de ensino-aprendizagem. As aulas eram majoritariamente conduzidas apenas com o auxílio de um quadro branco e caneta piloto, tornando o ambiente de aprendizado monótono e limitado em termos de variedade e dinamismo.

Além disso, fiquei impressionado com as abordagens educacionais adotadas pelo professor durante o período de observação. Ele dava prioridade ao ensino de gramática, focalizando temas como regras de pontuação e acentuação, o que, embora seja essencial, surpreende, pois a produção de textos e a literatura quase não eram abordadas no currículo. Esse aspecto fundamental para o desenvolvimento das habilidades linguísticas dos estudantes foi negligenciado e refletido em uma grande dificuldade em habilidades de interpretação de texto e análise crítica por parte dos alunos.

Além disso, notei que as atividades avaliativas eram feitas de uma forma que já compreendi ser comum na realidade do EJA, visto que tanto em minha experiência anterior de estágio como na atual, percebi que eram atribuídas notas a todas as atividades feitas em classe e em casa. O que se refere a uma medida para afetar menos os alunos frente ao grande número de falta deles, evidenciando um cenário de grande preocupação.

Diante das considerações apresentadas, percebo que é imperativa a adoção de uma abordagem educacional que integre a gramática de maneira relevante e contextualizada. Isso implica dedicar tempo à leitura e análise de textos literários, bem como à prática de escrita, enriquecendo o processo de aprendizado de forma significativa.

Ademais, a utilização de recursos como livros didáticos, dicionários, gramáticas interativas e ferramentas online pode aprimorar consideravelmente o conteúdo apresentado em sala de aula. Introduzir mídias alternativas, como projeções e vídeos, pode tornar as aulas mais envolventes, despertando o interesse dos alunos de maneira eficaz.

Diversificar as estratégias de ensino é essencial para engajar os alunos de maneira ativa e participativa. Ao criar um ambiente de aprendizado dinâmico e produtivo, podemos estimular o desenvolvimento integral dos estudantes, promovendo não apenas o conhecimento gramatical, mas também habilidades essenciais como a produção textual e a apreciação da literatura.

6.2 Observação da Escola

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Rita de Miranda Henriques, conta com cinco salas de aula, uma quadra poliesportiva, cantina, pátio, secretaria e sala

dos professores, oferecendo Ensino Fundamental nos períodos matutino e vespertino, além das aulas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no período noturno. No entanto, minha interação foi limitada, pois não tive acesso a espaços fundamentais, como a biblioteca, sala de informática ou laboratório de ciências.

Sabendo disso, percebi que o problema mais evidente da escola é a falta de infraestrutura adequada nas salas de aula, criando um ambiente de ensino desconfortável. Além disso, a inacessibilidade aos livros didáticos limita os recursos essenciais para o aprendizado, já que os alunos não podem levá-los para casa. A ausência de tecnologias educacionais, como computadores e tablets, impede a exploração de conteúdos digitais que poderiam auxiliar no processo de ensino e aprendizagem.

Outra questão alarmante é a escassez de materiais básicos, como material impresso e pincéis para o quadro branco. Essa realidade obriga os professores a custear esses itens, impactando negativamente as atividades pedagógicas. Além disso, a biblioteca, um recurso educativo valioso, é subutilizada devido à falta de incentivo à leitura, representando uma oportunidade perdida para os alunos.

Diante desses desafios, a escola requer investimentos urgentes em infraestrutura, livros didáticos, tecnologias educacionais e materiais básicos para proporcionar um ambiente de aprendizado adequado. Além disso, é essencial promover uma cultura de leitura e incentivar o uso efetivo dos recursos disponíveis, visando melhorar a qualidade da educação oferecida aos alunos e motivar os professores em suas atividades educacionais. A superação dessas dificuldades é crucial para garantir uma educação de qualidade e um ambiente propício ao desenvolvimento dos estudantes e ao trabalho dos educadores.

6.3 Observação das Aulas e Aulas Ministradas

Durante as aulas de língua portuguesa nas, no início de agosto (nos dias 07, 08 e 14), o foco foi na tonicidade e acentuação das palavras. Percebi que, embora os alunos tivessem acesso às regras de acentuação gráfica em português, continuaram cometendo erros nos exercícios propostos pelo professor. Nos dias 21 e 22 de agosto, as aulas voltaram-se para as classes de palavras, com destaque especial para as preposições. Os alunos aprenderam o conceito de preposição e como utilizá-las em diversos contextos.

No final de agosto, nos dias 28 e 29, a turma explorou as estruturas linguísticas. Contudo, a falta de método, ausência de material didático adequado e o desinteresse dos alunos resultaram em aulas monótonas e pouco motivadoras. Em setembro, o foco foi na pontuação, sendo o tema em que os alunos apresentaram um desempenho melhor, demonstrando alto índice de acertos nos exercícios propostos pelo professor. Posteriormente, nos dias 19, 25, 26 de setembro e 2 de outubro, as aulas abordaram a ortografia, formação de palavras e separação silábica.

Em outubro, o tema abordado foi a regência verbal, ensinado em duas aulas pelas estagiárias nos dias 12 e 18. Embora tenha despertado mais interesse dos alunos do que o habitual, percebi que eles enfrentaram dificuldades para entender como os verbos se relacionam com seus complementos. Mesmo após a revisão feita pelo professor no dia 19, os alunos pareciam não ter uma compreensão completa do assunto.

Nos dias 25, 26 e 02 de outubro, o foco mudou para a regência nominal, com apresentação de conceitos e resolução de exercícios em sala de aula. No entanto, esse tema também não foi bem assimilado pelos alunos, que mostraram pouco interesse e participação durante as aulas.

Ao observar essas atividades, tive a clara impressão de que os alunos não assimilaram bem os conteúdos apresentados. Nos últimos meses, vários temas foram abordados com o objetivo de entender e aplicar as regras gramaticais em exercícios em sala de aula. No entanto, os alunos não demonstraram muito entusiasmo.

Durante o período de estágio, eu e a estagiária Cleonice do IFPB tivemos a oportunidade de ministrar as aulas dos dias 22 e 28 de setembro sobre regência verbal, a pedido do professor supervisor.

Apesar de o tema não ter sido escolhido por mim ou pela outra estagiária, conversamos e concluímos que a aula sobre regência verbal para os Ciclos III e IV da Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode ser uma ferramenta valiosa para cumprir as diretrizes estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Sabendo disso, a habilidade EF08LP07, da BNCC, enfatiza o desenvolvimento da competência linguística, incluindo a habilidade de compreender, aplicar e analisar a língua portuguesa de forma eficaz. Sendo assim, a regência verbal, como parte fundamental da gramática e ortografia, pode ser aprimorada com

uma aula bem elaborada, auxiliando os alunos na comunicação e na escrita de textos conforme as regras da língua portuguesa.

Sabendo disso, nas aulas que foram ministradas para as turmas dos Ciclos III e IV juntas, com um total de 10 alunos, optamos por elaborar um material avulso (Anexo II) com um texto literário, explicação teórica e atividade de aplicação da teoria devido à necessidade de trabalhar com textos escritos, combinada com a falta de material didático e o curto tempo de aula.

No dia 10/10, realizamos uma leitura de uma crônica em dois momentos: primeiro, uma leitura silenciosa individual e, depois, uma leitura em voz alta coletiva. Em seguida, apresentamos conceitos de regência verbal, exemplificando seu uso. No dia 19/09, realizamos uma atividade em sala de aula com os alunos e passamos uma atividade de produção textual para ser feita em casa.

A nossa abordagem foi escolhida com base em Paulo Freire (1987), que afirma que o diálogo em sala de aula é essencial. Nesse sentido, a leitura da crônica, tanto individual quanto em grupo, estimula a participação ativa dos alunos, permitindo a discussão de ideias e interpretações.

Além disso, consideramos a teoria socioconstrutivista de Lev Vygotsky que, conforme Sobral (2013), enfatiza a importância da interação social e da mediação do professor no processo de aprendizado. Nesse sentido, a apresentação de conceitos de regência verbal com exemplos práticos, proporciona uma estrutura de aprendizado que os desafia a desenvolver novas habilidades linguísticas com o apoio do professor. Ademais, com base em Zoltán (1975), que destaca a importância de atividades práticas para a aprendizagem. A atividade em sala de aula permite que os alunos pratiquem os conceitos de regência verbal, consolidando seu entendimento.

Outrossim, a atribuição de uma atividade de produção textual para casa estimula a aplicação prática do conhecimento adquirido em sala de aula.

Sendo assim, nossa abordagem, que integra leitura, explicação de conceitos, prática e produção textual para casa, incorpora os princípios de diálogo, interação social e aplicação prática do conhecimento, se enquadrando como uma estratégia pedagógica adequada para o ensino da língua portuguesa, permitindo que os alunos adquiram conhecimento teórico, relacionando as informações a seus contextos de mundo real, bem como desenvolvam habilidades de comunicação eficazes e a capacidade de aplicar essas habilidades em contextos do mundo real.

6.4 Análise Reflexiva

No período em que estive realizando meu estágio, participei ativamente de todos os encontros marcados com a turma, cumprindo todas as tarefas dentro dos prazos estipulados. Durante esses encontros, tive a oportunidade de compartilhar minhas dúvidas e opiniões, além de esclarecer questões levantadas por meus colegas, tanto durante nossas reuniões síncronas quanto por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp.

Além disso, considerando os limites da universidade, fui atenta e procurei aplicar todas as informações compartilhadas pelos professores e pela turma durante nossos encontros síncronos em minha experiência de estágio, fazendo a leitura de todos os textos solicitados previamente antes dos nossos encontros, buscando compreender os principais conceitos trabalhados pelos professores e, em seguida, aplicá-los em minha atuação como estagiária.

No entanto, me senti um pouco desapontada com algumas situações, principalmente relacionadas à dificuldade de comunicação com os professores, considerando que, inicialmente, o SIGAA não foi efetivamente utilizado como canal principal de informações, bem como o fato de que um dos professores está com suas informações de contato desatualizadas no sistema, gerando situações extremamente desagradáveis.

No que diz respeito à escola em que realizei o estágio, estive presente pontualmente às 18:00h todas as semanas, expressando minhas opiniões e dúvidas, participando ativamente dos debates e discussões propostos. Ao término de cada aula, aproveitei a oportunidade para conversar com o professor sobre nossa experiência em sala de aula, compartilhando nossas impressões e discutindo o desempenho dos alunos.

Durante as primeiras aulas, os alunos alegaram não gostar de gramática e que não tinham necessidade alguma de aprenderem uma imensidão de regras desnecessárias. Após perceber essa concepção equivocada dos alunos com relação ao ensino de gramática, durante o estágio supervisionado, foi preciso focar ainda mais na contextualização das aulas, buscando formas de mostrar à turma que o ensino de gramática estava totalmente relacionado ao domínio consciente da linguagem. Pois, para que o educando venha a se interessar pelas aulas de gramática é necessário

que o mesmo venha a perceber essa relação entre as regras vistas em sala de aula e o contexto a qual está inserido, visando a necessidade em dominá-las. Ressalta-se, a importância de se refletir sobre a necessidade de criação de criação, em sala de aula, de comunidades de aprendizagem (nos termos de hooks), neste sentido, perceber a importância de se aprender a língua do dominador para, de posse dessa língua, poder acessar espaços para reivindicações.

Diante dessa questão, eu e o professor buscamos meios de inserir o aluno nessa realidade, proporcionando um ambiente interacionista e comunicativo, para que estes viessem a adquirir conhecimentos e habilidades sobre a linguagem, tanto oral como verbal, nas diferentes situações comunicativas da linguagem. Dessa forma, nas aulas do estágio, as normas gramaticais foram apresentadas dentro de textos ao qual os alunos já tinham familiaridade, ou seja, de acordo com a realidade da turma.

Além disso, realizei a leitura de todos os textos enviados previamente pelo professor, com o objetivo de aprofundar meus conhecimentos. Acredito ter compreendido os principais conceitos abordados nos textos e documentos compartilhados comigo, uma vez que busquei esclarecer todas as dúvidas que surgiram e me esforcei para aplicá-los em minha prática de estágio.

Sendo assim, ao longo do meu estágio, participei ativamente dos encontros com a turma, cumprindo as tarefas propostas e compartilhando minhas dúvidas e opiniões. Estive presente na escola regularmente, exceto em uma ocasião em que houve uma mudança não informada previamente. Busquei compreender os principais conceitos trabalhados, aplicando-os em minha experiência como estagiária. Além disso, mantive-me atenta ao comportamento dos alunos e realizei as leituras solicitadas, demonstrando dedicação e empenho em meu estágio.

Devido ao fato de já ter experiência de trabalho, mas voltada à edição de materiais didáticos, sentia muita falta de ter uma noção maior acerca de como funciona a prática do trabalho em sala de aula. Pensando nisso, em meu estágio na Escola Estadual de Ensino Fundamental Rita de Miranda Henriques, pude vivenciar de perto o contexto desafiador do ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio da observação detalhada das práticas pedagógicas, das condições estruturais e dos desafios enfrentados tanto pelos alunos quanto pelos educadores.

Apesar dos desafios e das limitações enfrentadas durante a minha vivência, o estágio me proporcionou uma oportunidade valiosa para refletir sobre as práticas

educacionais e buscar alternativas para melhorar o processo de ensino-aprendizagem na EJA.

Além disso, embora acredite que o meu processo de crescimento e desenvolvimento está apenas começando, do início do estágio até o momento presente, noto em mim uma maior sensibilidade em relação às possíveis dificuldades

dos alunos, saindo um pouco do âmbito da parte teórica, da BNCC e outros documentos, e explorando de maneira mais ampla o que consiste o trabalho docente. Sendo assim, estou confiante de que essa experiência contribuiu significativamente para o meu crescimento profissional e pessoal, preparando-me para enfrentar futuros desafios no campo educacional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao tema tratado no presente, é imprescindível concluir, enfatizando que o ensino destinado aos jovens e adultos no Brasil é uma reparação histórica que deve ser continuada até que o analfabetismo seja erradicado do território nacional e as pessoas menos favorecidas socialmente tenham oportunidades, através da educação, de ascender socialmente e alçar seus voos em lugares confortáveis e estáveis da sociedade, possibilitando assim um país com diminuição nos níveis de violência, economia aquecida possibilitada por empresas com mão de obra qualificada e pessoas conscientes, que façam boas escolhas e não permitam que a violência seja a principal arma para combater a desigualdade.

Foi possível, através deste trabalho, investigar e apontar os benefícios sócio-históricos da EJA na história do Brasil e compreender sua importância e suas defasagens, bem como apontar a necessidade de que ela seja posta em prática, a partir de um sistema respeitoso e compreensivo de ensino, para que haja conexão e qualidade do sujeito consigo e, a partir dele, com seu aprendizado. Por fim, sugere-se que haja práticas contínuas de formação dos professores para que seja garantida a manutenção e inovação da EJA.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ANTUNES, I. **Gramática contextualizada**: limpando o pó das ideias simples. São Paulo, Parábola Editorial, 2014.

ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ANTUNES, I. **Muito além da gramática**: por um ensino de gramática sem pedras no caminho. São Paulo. 3ª ed. Parábola, 2007.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação de jovens – adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. São Paulo: Autêntica, 2005.

ARROYO, Miguel G. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. Alfabetização e Cidadania: **Revista de Educação de Jovens e Adultos**, Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil, RAAAB, n. 11, abr. 2001, p. 9-20.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. Parábola Editorial, São Paulo, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Resolução CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 09 outubro 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta Curricular para a Educação de**

Jovens e Adultos: 1º segmento do ensino fundamental. Brasília: MEC; São Paulo: Ação Educativa, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 1, de 28 de maio de 2021. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância.** Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n1-de-28-de-maio-de-2021-323283442>. Acesso em: 08 out. 2023.

DIENES, Zoltán Paul. **A seis etapas do processo de aprendizagem em matemática.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1975.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Paz e Terra, São Paulo, 7. ed., 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GERALDI, J. W. (org.). O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular. **Revista Retratos da Escola**, v. 9, n. 17, p. 381 – 396, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/587/661>. Acesso: 24 set. 2023.

GERALDI, J. W. Portas de passagem. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.** IBGE EDUCA. 2016. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em 12 de Dezembro de 2023.

LAUDARES, João Bosco; PEREIRA, Patrícia S. R. **Aprendizagem Significativa na Educação Matemática: Possibilidades e Desafios.** São Paulo: LiberLivro, 2016. PASCHOLIN, Maria Aparecida; SPADOTO, Neusa Terezinha. Minigramática. São Paulo: FTD, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Censo Escolar 2023. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2023/apresentacao_coletiva.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro 2023.

PIMENTA, S. G. **O Estágio na formação de professores:** unidade, teoria e prática? 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PORTAL G1. **A evasão escolar de crianças e adolescentes aumenta 171% na pandemia, diz estudo.** 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/12/02/evasao-escolar-de-criancas-e-adolescente-aumenta-171percent-na-pandemia-diz-estudo.ghtml> Acesso em 12 de Dezembro de 2023.

PORTAL G1. **A taxa de analfabetismo cai pelo quarto ano no Brasil, mas sobe na região Norte.** 2016. il. color. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/educacao/noticia/taxa-de-analfabetismo-cai-pelo-quarto-ano-no-brasil-mas-sobe-na-regiao-norte.ghtml> Acesso em 12 de Dezembro

de 2023.

PORTAL G1. **Em uma década, o Brasil perde um terço das escolas para adultos com aula de ensino fundamental.** 2019. il. color. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/06/em-uma-decada-brasil-perde-um-terco-das-escolas-com-aula-do-ensino-fundamental-para-adultos.ghtml> Acesso em 12 de Dezembro de 2023.

PORTAL G1. **Índice de analfabetismo para de cair e fica em 8,7%, diz Pnad. 2013. il. color.** Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/09/indice-de-analfabetismo-para-de-cair-e-fica-em-87-diz-pnad.html> Acesso em 12 de Dezembro de 2023.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973).** 8. Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROJO, Roxane H.R. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, Roxane Helena Rodrigues; MOURA, Eduardo (orgs.). **Multiletramentos na escola.** São Paulo: Parábola Editorial, 2012, p. 11-32.

SAKAMOTO, Solange Aparecida da Cunha; MIGUEL, José Carlos. EJA, inclusão e diversidade cultural: questões teóricas, implicações metodológicas. In: MIGUEL, José Carlos (org.). **Educação de jovens e adultos: Teoria, Práticas e Políticas.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p.279-302. DOI:<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-310-6.p279-302>. Acesso em: 24 de Janeiro de 2024.

SOARES, Leôncio José Gomes. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. **Revista Presença Pedagógica**, v. 2, n. 11, 1996.
SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Autêntica, Belo Horizonte, 3. ed., 2009.

SOUZA, M. A. **Educação de jovens e adultos.** Curitiba: Ibpex, 2007.

TOSCANO, Giovani; RIEMMA, Rafael. Gramática Completa. 2. ed. Brasília-DF: HTC, 2016.

VASCONCELLOS, C. da C. C. EJA e Cidadania: a construção de ações cidadãs no universo escolar da EJA no Ensino Fundamental. **Revista da Graduação**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/3495>. Acesso em: 2 abr. 2024.